

RECOMENDAÇÕES DO V CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LINGUA PORTUGUESA E GALIZA, **ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS DA CPLP**

Os delegados ao congresso reconhecem a Educação Ambiental como um campo agregador no espaço da CPLP e dão nota da importância de consolidar a relação com as instituições públicas e governamentais da CPLP, assim como dos contributos que a multiplicidade de entidades e olhares, que integram esta comunidade, podem trazer ao avanço das respetivas políticas públicas de Educação Ambiental, identificado como prioritário:

- 1. Apoio financeiro à organização dos próximos Congressos Internacionais de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, em benefício da representação de todos os países.
- 2. Apoio institucional e financeiro para a criação de um secretariado da Rede Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, com representação de todos os países da CPLP, de coordenação rotativa, para assegurar a organização dos congressos e apoio a projetos de cooperação envolvendo parcerias de vários países;
- 3. Apoio à criação de uma plataforma georreferenciada de informações, complementada com dados estatísticos e estado da arte em todos os países e comunidades de língua Portuguesa e Galiza, possibilitando o mapeamento de iniciativas e organizações que atuam no campo da Educação Ambiental na CPLP. Esta plataforma irá permitir identificar e difundir experiências emblemáticas e boas práticas que são desenvolvidas nos países da CPLP e Galiza, para que possam ser replicadas em outros contextos geográficos;
- 4. Participação regular dos Pontos Focais da CPLP nos Congressos de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza;
- 5. Afetação de recursos dos orçamentos nacionais e de fundos internacionais e privados para fortalecer o trabalho das comunidades locais e das organizações não governamentais, reforçando as parcerias em projetos de Educação Ambiental;

















- 6. Apoio para a realização de projetos de reabilitação de edifícios significantes, no contexto da realidade dos locais onde se realizam os congressos (edifícios com história ou edifícios / construções ligados à identidade local), com suporte de diferentes programas financeiros de apoio (e.g. programa REVIVE, Fundo Ambiental), de forma a potenciar as dinâmicas desenvolvidas no âmbito do congresso (elas podem ter sido aí produzidas ou terem sido aí melhoradas). Estes espaços terão como função: o apoio a iniciativas locais, desenvolvidas tanto no âmbito de programas internacionais (e.g. reserva da biosfera) como programas nacionais, regionais ou locais; a criação / consolidação de centros de recursos, de espaços de formação, de capacitação e de desenvolvimento local, associando programas de comunicação, formação, capacitação alinhados e respondendo aos desafios da Agenda 2030;
- 7. Consolidar o processo de construção de uma Estratégia de Educação Ambiental dos países e comunidades de Língua Portuguesa, baseada numa identidade comum e tendo em conta as realidades distintas, considerando a importância de temáticas relacionadas com as alterações climáticas, populações em situação de vulnerabilidade, deslocamentos forçados e degradação socioambiental e da biodiversidade, acompanhadas de propostas que emergem dos campos da agroecologia, alimentação saudável, economia circular, saúde ambiental, entre outras que buscam dar materialidade à cultura de sustentabilidade;
- 8. Investimento em **programas de capacitação e formação de formadores** em Educação Ambiental, proporcionando a multiplicação de iniciativas e projetos de Educação Ambiental;
- 9. Estabelecimento de protocolos entre os Ministérios da Educação e do Ambiente de todos os países da CPLP, a exemplo de Portugal, que possibilite uma rede de professores em mobilidade/destacamento para coordenação de projetos de Educação Ambiental nos países da CPLP. Estes professores podem apoiar na elaboração de projetos educativos de "ambientalização" da escola, com o envolvimento de toda a comunidade educativa, devidamente contextualizados nas realidades locais, promovendo a cidadania ambiental e abarcando temas conexos como o acesso à água potável, o tratamento dos resíduos, ou o combate à erosão do solo, entre outros;
- 10. Abertura de um **fundo de financiamento para projetos de parcerias estratégicas e intercâmbio de jovens estudantes e professores,** através de programas de mobilidade nos países da CPLP e Galiza, a exemplo do Programa ERASMUS+;
- 11. Criação de um **Fundo para produção de materiais didáticos** adaptados aos diferentes públicos e contextos dos países da CPLP;















- 12. Criação de um grupo de trabalho para a **revisão de livros escolares e materiais didáticos** que apresentam distorções e ausências significativas sobre as alterações climáticas, a crise socioambiental global e outros problemas globais como o lixo marinho, reconhecendo a necessidade de melhorar a qualidade destes e aprimorar a forma de inserção curricular destas temáticas, recorrendo a suportes digitais;
- 13. Rentabilização de **Plataformas Digitais existentes no contexto da CPLP**, nomeadamente, plataforma online "CPLP Ambiente" para uso dos diferentes atores sociais, de forma a democratizar a difusão dos conhecimentos e recursos construídos pela comunidade dos países de Língua Portuguesa e Galiza. Nesta linha é preciso impulsionar revistas, espaços virtuais e outras publicações de carácter científico e divulgativo em que se partilhem as reflexões e as práticas de EA que se desenvolvem no espaço CPLP e Galiza;
- 14. Abertura de linhas de financiamento para estimular e apoiar a **elaboração e fortalecimento de políticas públicas de Educação Ambiental** em diferentes níveis e esferas de organizacional, criando condições para evitar processos de descontinuidade associados às mudanças políticas. Para tal é fundamental a garantia de recursos económicos e humanos para viabilizar e executar políticas de Educação Ambiental nos países da CPLP.













